

OTUBE TO ALVES



A festa democrática das eleições, dos comícios ao momento do voto, pode voltar a movimentar Brasília ano que vem, com o pleito para governador

Autonomia do DF abre polêmica na Constituinte

Seis propostas falam em eleição para governador mas projeto do Pró-Diretas é mais provável

AFONSO COZZOLINO
Da Editoria de Política

A Secretaria Geral da Constituinte ainda não tem condição de fazer um levantamento por assunto das propostas que foram encaminhadas à Mesa da Assembleia por parlamentares, cidadãos e entidades. Assim, não há como saber quantas propostas relativas a quais temas serão debatidas. Mas no caso específico da autonomia política para o Distrito Federal, pelo menos três projetos já chegaram à Mesa — e ainda não à Subcomissão do Distrito Federal. Há, ainda, três outros, que embora não encaminhados, já estão em fase de elaboração.

As três propostas que já estão na Constituinte são de três parlamentares eleitos pelo Distrito Federal: os deputados Jofran Frejat, Valmir Campelo e Francisco Carneiro. Frejat defende que sejam eleitos o governador, o vice-governador e uma Assembleia Legislativa, que determinaria ou não a ampliação da autonomia para as satélites, com a eleição de vereadores e prefeitos. Campelo tem proposta semelhante, mas ao contrário de Frejat fixa uma data para a realização do pleito: 15 de novembro de 1988. Já a proposta do deputado Francisco Carneiro é mais complexa: além do governador, do vice-governador e da Assembleia Legislativa, o brasiliense elegeria os administradores do Plano Piloto e das cidades-satélites. A ideia do deputado é fazer também uma eleição proporcional para preencher as 32 vagas que defende para a Assembleia. Dessa forma, as cidades com mais eleitores teriam mais deputados estaduais — ou distritais, desde que nenhuma delas ficasse com menos de dois representantes na Casa.

As três outras propostas que serão encaminhadas à Mesa da Constituinte são de autoria do presidente do PDS, Carlos Zackarewicz, do deputado Ruben Figueiró (PMDB-MS) e do Comitê Pró-Diretas Já no DF. Esta última é a mais divulgada de todas e, de certa maneira, a mais provável de ser encampada pela Subcomissão do Distrito Federal. A proposta, semelhante às dos deputados Valmir Campelo e Jofran Frejat, prevê que no dia 15 de novembro de 1988 sejam eleitos o governador, o vice e uma Assembleia Legislativa, que teria como primeira missão determinar ou não a representação política das cidades-satélites, ao redigir a Lei Orgânica — ou constituição do Distrito Federal.

E por sua aprovação que os 22 partidos políticos registrados na capital e diversas entidades de classe, integrantes do Comitê, vão lutar nas ruas. Desde a semana passada já estão sendo colhidas assinaturas de pessoas, para permitir a apresentação de emendas, caso o texto da proposta não seja assimilado pelo relator da Subcomissão do DF, deputado Sigmaringa Seixas. Em princípio, entretanto, o Comitê Pró-Diretas Já não corre esse risco, uma vez que Sigmaringa, a exemplo dos outros deputados e senadores eleitos pelo DF, assinou a proposta, dando seu apoio a ela.

Mesmo participando da campanha pela coleta de assinaturas, o PDS/DF tem uma visão particular de como deve ser concedida a autonomia política. Em função disso, o presidente regional do partido, Carlos Zackarewicz, está preparando uma proposta alternativa que será entregue até o final da próxima semana à Mesa da Constituinte. Zackarewicz sustenta que o Distrito Federal não é uma cidade, nem um Estado: é um território neutro e deve permanecer como tal, sem a municipalização de suas cidades-satélites. Assim, o PDS vai sugerir que além da eleição do governador e do vice-



Sigmaringa: relator

governador, haja a escolha de um Conselho Legislativo Distrital e de Conselheiros Comunitários. O conselho teria como função legislar para o Distrito Federal, tarefa hoje exercida pela Comissão do Distrito Federal no Senado. Tão logo fosse eleito, ele escreveria a Lei Orgânica do DF, que regeria seus trabalhos.

A proposta a ser encaminhada determina que o Conselho seja formado por 37 pessoas eleitas distritalmente. As zonas eleitorais, dessa maneira, elegeriam um conselheiro para cada 18 mil e 300 eleitores cadastrados, o que asseguraria a representação mínima de um conselheiro por zona. Exemplificando: O Gama (4ª zona eleitoral) elegeria quatro conselheiros, porque possui 74 mil 401 eleitores (18 mil 300 vezes 4 = 73 mil 200). Esses conselheiros seriam escolhidos entre candidatos com domicílio eleitoral em sua cidade e sufragados apenas pelos eleitores da zona correspondente.

Zackarewicz defende que a estrutura do DF não sustenta a existência de prefeitos. Por isso, as cidades-satélites continuariam a ter administradores regionais, apontados pelo governador, mas referendados pelo Conselho Legislativo Distrital. Como também não existiriam vereadores, a função deles seria desempenhada pelos membros do Conselho Comunitário, formado pelo dobro do número de membros que a zona eleitoral elegeria para o Conselho Legislativo. No caso do Gama, por exemplo, existiriam oito conselheiros comunitários. A proposta do PDS determina que esses conselheiros não tenham direito a remuneração e que a eleição de todos esses representantes ocorra 180 dias após a promulgação da Constituição.

Mais polêmica é a proposta que o deputado Ruben Figueiró pretende apresentar à Subcomissão do Distrito Federal, da



Figueiró: voto vinculado

qual participa. Ele se diz favorável a eleições diretas em todos os níveis, mas sustenta que o Distrito Federal, de certa forma, é uma exceção à regra. Figueiró recusa que a eleição do governador venha a criar um clima de atrito entre o ocupante do Palácio do Buriti e o presidente da República, se os dois forem de partidos diferentes. Isso, na opinião dele, prejudicaria a cidade, que depende de recursos da União. O deputado entende que o atrito seria refletido sobre o resto do País, por ser Brasília a capital.

Mas Ruben Figueiró diz que não pode desconsiderar a "vontade e a vocação" do povo do DF, que quer escolher seu governador. Por isso, formulou uma proposta que acredita ser o meio termo ideal: a eleição do governador seria acoplada ao pleito do presidente da República, ou seja, na chapa do candidato a presidente haveria um candidato ao GDF. Assim, votando num determinado candidato à presidência, o eleitor votaria consequentemente no candidato a governador. Por entender que o Brasil inteiro tem responsabilidade pelo destino do Distrito Federal, o deputado Figueiró quer que o governador local não seja eleito apenas pelos moradores do Plano Piloto e das cidades-satélites, mas pelos eleitores de todo o Brasil. Ruben Figueiró não acredita que sua proposta venha a ofender a população de Brasília, que teria uma autonomia simbólica: "A autonomia do DF é, de qualquer maneira, relativa, porque ela vai depender dos recursos que vêm de todos os brasileiros", diz.

O deputado é contrário à eleição de uma Assembleia Legislativa local, mas paradoxalmente é favorável à eleição de prefeitos e vereadores para as cidades-satélites. "Até mesmo os municípios dos territórios elegem prefeitos e vereadores", justifica-se. Em 1979, logo que chegou à Câmara, Ruben Figueiró apresentou um projeto de lei prevendo o desmembramento do DF em municípios, que seriam as cidades-satélites. O projeto foi rejeitado, mas a intenção do deputado de ter uma administração mais direcionada para os interesses de cada cidade ainda permanece. "Há problemas que não devem ser resolvidos diretamente pelo governador", diz. "Hoje existem os administradores regionais, mas não há cidadãos que representem e defendam os interesses das comunidades. Por isso, acho necessário eleger prefeitos e vereadores", explica.

POSSIBILIDADE

Hoje não há mais qualquer dúvida: na nova Constituição, o Distrito Federal terá assegurada sua autonomia política. Na Subcomissão do Distrito Federal, existe praticamente um consenso de que a eleição direta deve vir. O mesmo acontece na Constituinte como um todo. O que se discute é a forma da autonomia. O trabalho dos constituintes eleitos pela Capital da República, sem dúvida, está sendo decisivo.

Os deputados Jofran Frejat e Sigmaringa Seixas, por exemplo, ocupam posições estratégicas nessa luta. Eles são, respectivamente, o presidente e o relator da Subcomissão do Distrito Federal. Além dos dois, participam dela como titulares o deputado Francisco Carneiro e o senador Meira Filho, que é primeiro vice-presidente. Como suplentes estão os deputados Geraldo Campos, Márcia Kubitschek e os senadores Pompeu de Sousa e Maurício Corrêa. Ou seja, ao todo, oito dos 11 parlamentares eleitos pelo DF em novembro passado estão na Subcomissão. Os que não estão — Valmir Campelo, Maria de Lourdes Abadia e Augusto Carvalho — também defendem as diretas.

FAVORITOS NA OPINIÃO DO LEITOR



Os brasilienses querem eleger o governador do Distrito Federal através de eleições diretas em 88. Este é o resultado obtido através de uma enquete realizada segunda-feira, à tarde, no Conjunto Nacional. Todos os entrevistados responderam que querem eleições diretas e já. O candidato mais cotado para futuro governador é o atual senador Maurício Corrêa, do PDT. Em segundo lugar está o deputado Valmir Campelo, do PFL. Márcia Kubitschek, eleita deputada pelo PMDB, também foi lembrada para ocupar o cargo de governador.

FOTOS: EUGENIO NOVAES



Armino Ribeiro de Jesus, 43 anos, reside em Brasília, funcionário público. "Na minha opinião, deve haver o quanto antes eleições diretas para o Governo do Distrito Federal. Meu candidato para governador é Valmir Campelo".



Antônio Teófilo Delfim, 42 anos, reside em Brasília, funcionário público. "Acho que vem, sem falta, deve haver eleições diretas para governador do DF. Meu voto será para Maurício Corrêa".



Maria do Socorro Vieira de Aquino, 37 anos, mora na Vila Paranoá, costureira. "O povo quer eleger o governador do DF. Em 88 deve haver eleições diretas. Meu candidato para governador é Valmir Campelo".



Edson Bispo Ferreira, 35 anos, reside em Sobradinho, motorista. "Queremos eleições diretas para governador. Chega de governador biónico. Meu voto é para Maurício Corrêa".



Alberto Roberto Gonçalves, 55 anos, reside em Unai, corretor de imóveis. "Deve haver e logo eleições diretas para governador. Já tenho até candidata: é Márcia Kubitschek".



Luiz Marques, 30 anos, reside em Brasília, vendedor. "O povo pede eleições diretas para o governo do DF em 88. Chega de governadores importados. Meu voto seria para Maurício Corrêa".



Leda Lúcia Moura Martins, 35 anos, reside em Brasília, bancária. "É necessário que haja eleições diretas para governador em 88. Já tenho até um candidato: é Maurício Corrêa".



Judith Maria Moura de Almeida Silva, 30 anos, reside em São Luís do Maranhão (no futuro vai morar no DF), funcionária pública. "Deve haver eleições diretas para governador. Em todos estados existe".



Glidete Guimarães, 41 anos, reside em Sobradinho, dona-de-casa. "É indispensável que haja eleições diretas para o governo do DF. O povo quer escolher seu governador e esse direito tem que ser dado a ele. Ainda não pensei em alguém para ser o futuro governador".



Solange Aparecida Alves, 26 anos, reside em Brasília, técnica em eletroencefalografia. "É importante o povo poder escolher seus governadores. Na minha opinião Maurício Corrêa seria um excelente candidato".